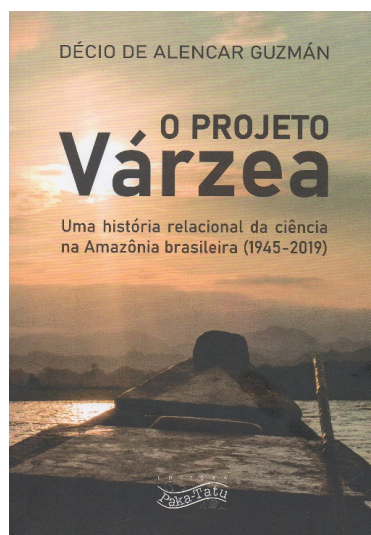


## ***O Projeto Várzea: uma história relacional da ciência na Amazônia brasileira (1945-2019), de Décio de Alencar Guzmán (Belém - PA: Editora Paka-Tatu, 2022)***

Leandro Gomes Moreira Cruz | Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

[leandro.moreira@aluno.fiocruz.br](mailto:leandro.moreira@aluno.fiocruz.br)

<https://orcid.org/0000-0002-6677-1807>



Contar uma história que pudesse, ao mesmo tempo, dar conta da complexa realidade biofísica das Amazônias brasileiras e da profusão de relações humanas no desenvolvimento da pesquisa científica na região. Essa foi a tarefa que Décio de Alencar Guzmán propôs e desenvolveu em *O Projeto Várzea: uma história relacional da ciência na Amazônia brasileira (1945-2019)*. Pesquisador de longa data das histórias amazônicas, Guzmán expõe com clareza seu foco de pesquisa e sob qual perspectiva pretende analisar suas fontes históricas: o livro é a “história relacional de um grupo de pesquisa: o Projeto Várzea (PV)[...] grupo científico voltado ao estudo das várzeas, áreas inundáveis no vale amazônico” (p. 15). Apontando para a relativa escassez de pesquisas científicas sobre esse biótopo específico das regiões amazônicas, o autor indica a relevância do trabalho

de pesquisa desenvolvido pelo PV como um dos principais fatores que o conduziram à pesquisa.

Na introdução, algumas observações de cunho teórico-metodológico merecem atenção especial. Primeiramente, Guzmán assinala que não pretende fazer uma história do PV de maneira totalizante, mas “somente atém-se à dinâmica interna do grupo e sua relação com os contextos local, nacional e internacional num exame restrito dessas realidades” (p. 17). Além disso, é relevante destacar o que o autor entende por “história relacional”. Amplamente inspirado na filosofia de Edith Stein e no conceito de empatia, Guzmán propõe a compreensão da

“experiência relacional que fazemos com os seres “não humanos” como uma forma de superar as “limitações da racionalidade científica” (p. 19-20). Tópico especialmente importante para uma pesquisa que se interessou, para além do trabalho dos cientistas *stricto sensu*, em narrar a participação de ribeirinhos, caboclos e indígenas no processo de pesquisa científica do PV. Cabe ressaltar ainda, que o valor das “relações” ultrapassa a dimensão humana. Dessa forma, a própria “várzea amazônica” deve ser compreendida através de suas relações, pensando seus elementos (solos, geologia, geomorfologia, hidroquímica, clima, etc.) também de maneira relacional. Foi sob essa perspectiva que o autor construiu suas análises utilizando diversas fontes históricas. O ponto de partida foi a realização de entrevistas com os integrantes do PV, em muito dificultadas pela pandemia de COVID-19, mas também foram consultados os arquivos do projeto (incluindo relatórios, esboços dos estudos, folhetos de divulgação, entre outros tipos de documentos), a base de dados do Currículo Lattes, além de livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado originadas das pesquisas realizadas no âmbito do projeto.

No primeiro capítulo, intitulado “Antecedentes do Projeto Várzea”, a proposta é discutir o encontro entre a ciência institucionalizada, especialmente as ciências agrárias e os saberes caboclos sobre as várzeas amazônicas. O argumento central desse capítulo é que o início do Projeto Várzea não se dá no momento da sua fundação em 1994, mas que remonta a pesquisas anteriores sobre as várzeas amazônicas, em especial as pesquisas desenvolvidas por Rubens Rodrigues Lima (1918-2014). Agrônomo formado pela Escola de Agronomia do Estado do Ceará, em 1944, Rubens Rodrigues Lima foi da primeira geração de pesquisadores do Instituto Agronômico do Norte (IAN) e, segundo Guzmán, “ator essencial da história da ciência e das instituições científicas na Amazônia da segunda metade do século XX” (p.44). Tendo iniciado sua atuação no IAN em 1945, trabalhou inicialmente como assistente de pesquisa examinando “timbó, castanha do Pará e cumaru” (p. 50). Mas, já em 1946, foi nomeado chefe da Estação Experimental de Belém, onde iniciou seus estudos sobre a ecologia das várzeas. Após dez anos de estudos publicou *A Agricultura nas várzeas do estuário da Amazonas*, em 1956, trabalho que seria referência sobre a prática da agricultura em áreas de várzeas. Ao longo desse período assumiu também a direção do IAN em 1952. A pesquisa agrônômica nas várzeas amazônicas, o que seria seu principal campo de pesquisa, o colocou diversas vezes contato com os saberes caboclos, indígenas e ribeirinhos. Apesar disso, Guzmán destaca que essas relações foram marcadas por “concepções arcaizantes e míopes à complexidade das formas sociais indígenas e caboclas, como também à diversidade ambiental da região, tal como as percebemos hoje” (p.72). Apesar disso, Rubens Lima se tornaria importante interlocutor nas discussões ambientais da década de 1990, período de formação do Projeto Várzea.

“O nascimento do Projeto Várzea”, segundo capítulo do livro, se debruça sobre a institucionalização da pesquisa científica, focalizando o PV. Dessa maneira, o autor procura apontar a complexa relação entre a “construção do Estado nacional, a intervenção regional desse Estado e a consolidação do campo científico na Amazônia” (p. 75). Inicialmente, a narrativa do capítulo é dedicada a apresentar o processo de transformação da Faculdade de Ciências Agrárias (FCAP) da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Tal processo é compreendido pelo autor como tendo início após a redemocratização e, em especial, a partir da nova Constituição de 1988. A partir de uma série de desdobramentos das pressões ambientalistas e da emergência do novo paradigma do “desenvolvimento sustentável” a reformulação (e subsequente consolidação) do sistema de ensino superior sob as bases que conhecemos é narrada a partir das ciências agrônômicas na passagem da FCAP à UFRA. É nesse processo que Manoel Malheiros Tourinho emerge

como ator crucial tanto no processo de construção da UFRA, quanto do próprio Projeto Várzea. Tourinho, que no ano 2000 assumiu a direção da FCAP, seria um dos principais articuladores no “processo de gestação institucional” da UFRA (p. 81), processo que se embaralha com a criação do Projeto Várzea. As histórias de Manoel Tourinho, Rubens Lima e da FCAP se atravessam em 1994, durante o processo de criação do PV. Tourinho buscava recuperar o interesse dos pesquisadores pelas várzeas e, enquanto idealizava o PV, vinculado a FCAP, procurou Rubens Lima para ser seu primeiro consultor. Assim, o Projeto Várzea emergiu, trazendo consigo o “Método Várzea”, que adotava uma epistemologia transdisciplinar e mantinha grande atenção na interação entre os saberes populares e o acadêmico (p. 95).

A trajetória de Manoel Malheiros Tourinho, coordenador do PV, é o objeto do terceiro capítulo: “A Liderança do Projeto Várzea”. Guzmán dedica maior atenção à sua formação intelectual. Agrônomo de formação, Tourinho concluiu seus estudos na Escola de Agronomia da Amazônia (EAA) em 1963, quando tinha 24 anos de idade. Foi durante sua formação que tomou contato com as pesquisas de Rubens Lima, a quem creditou, anos mais tarde, ter sido a inspiração para o PV. Contudo sua trajetória até chegar ao PV foi longa. O autor destaca que nos anos finais da década de 1960, Tourinho foi trabalhar na Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) no Estado da Bahia. Nessa experiência se deparou com a “realidade opressiva e atormentada dos retirantes esmagados pelo peso social do mandonismo local dos coronéis” (p. 105). No final dos anos 1960, as atividades da Ceplac eram tidas, pelos “coronéis do cacau” como “práticas comunistas”, o que acabou fazendo com que Tourinho fosse forçado a sair do país, momento em que acabou indo aos Estados Unidos, onde cursou seu mestrado, iniciando os estudos em 1969 e defendendo sua dissertação em 1970. Sob orientação de Levy Porfírio da Cruz, também brasileiro e que “havia cursado Doutorado em Sociologia, na Universidade de Chicago, em 1954” (p. 105), Tourinho realizou atividades de pesquisa na Costa Rica, onde trabalhou em conjunto com o “Serviço de Fitotecnia (Bureau of Plant Industry, BPI) do Departamento de Agricultura dos EUA (United States Department of Agriculture, Usda)” (p. 105). Essas experiências o colocaram em contato Charles Price Loomis e com a “teoria dos sistemas” que seria crucial para a perspectiva transdisciplinar de Tourinho e do PV como um todo. Após um breve período no Brasil, Tourinho retornaria aos Estados Unidos, em 1977, para cursar o doutorado em Sociologia Rural. Guzmán indica que o orientador de Tourinho durante o doutorado na Universidade de Wisconsin-Madison foi o sociólogo Archibald Orben Haller, que se tornaria um grande parceiro de pesquisa nos anos vindouros. Em suma, Guzmán destaca a trajetória de Tourinho como um esforço “para ganhar autoconsciência da condição de amazônida e firmar compromisso político com a região”, ressaltando que o criador do PV “procurou fazer a crítica ao colonialismo brasileiro e internacional sobre a Amazônia”, mas sem nunca abandonar “sua vontade de apreensão do mundo amazônico tal qual uma vasta unidade da qual faz parte” (p. 125).

No quarto capítulo, “Relações e interações intelectuais”, o objetivo do autor é mostrar “as preferências teóricas, prioridades institucionais e influências metodológicas” no âmbito do PV (p.128). Guzman enfatiza que dentre as preferências e influências teóricas há uma que se destaca: a teoria dos sistemas sociais. Destacadamente, o autor afirma que, a partir de 2008-2009, com a publicação do livro *Mamuru-Arapiuns: uma região em disputa* (2014), oriundo das pesquisas do PV, a teoria dos sistemas passa a ser claramente identificada como referencial teórico para os trabalhos de pesquisa do grupo. A partir disso, Guzmán executa uma grande digressão sobre as conceituações sobre a “Teoria dos Sistemas Sociais” (TSS). Localizando as primeiras elaborações

da TSS na obra de Talcott Parsons, em 1930, o autor explicita que “são várias e diferentes entre si as teorias do sistema social existentes na produção sociológica acadêmica ocidental [...] que fundamentam a elaboração teórica dos sistemas sociais contemporâneos” (p. 129).

No que tange a tradição apropriada pelo PV, Guzmán aponta as ligações com as teorias do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, especialmente na leitura realizada por Charles Price Loomis, que definia que a TSS inclui “todos os sistemas de interação social que são estruturados por localidade, organização formal, ou fatores culturais [...]” (p. 130). Ainda remetendo as influências do PV, o autor aponta que o grupo adotou também “fundamentos dos sistemas biológicos” a partir de autores como Ludwig von Bertalanffy, Fritjo Capra, Talcott Parsons e Niklas Luhmann ressignificando essas ideias à luz da TSS e aplicando-os no entendimento da sociedade como sistema. Guzmán ainda apresenta alguns dos nomes de pesquisadores e pesquisadoras que dialogaram ao longo do desenvolvimento do projeto. Entre eles estão: Mario Hiraoka, Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado, Wolfgang Johannes Junk, Ulrich Geringer, Holm Uibrig, Juliane A. Koch, Franz Makeschin, Amaro Luiz Ferreira, Robert H. Meade, Roberta Carolina Ferreira Galvão de Holanda, Wanderley Rodrigues Bastos, Jorge Hori, Salustiano Vilar da Costa Neto.

“A equipe de pesquisa do projeto várzea” é o quinto capítulo do livro. Nele o autor, além de refletir como sugere o título sobre os “processos” de configuração do grupo de pesquisa, também destaca o trabalho de campo, a formação da memória coletiva do projeto e o caráter multidisciplinar do PV, destacado com frequência tanto pelos entrevistados quanto pelo autor. Analisando os processos de (re)configuração do grupo, desde sua formação em 1994 até 2019, ano da última publicação em livro dos trabalhos do PV, Guzmán destaca a continuidade de alguns nomes, bem como os constantes acréscimos de novos participantes, sem que haja “diferença aparente de status no interior do grupo” (p. 162).

Durante mais de duas décadas em atividade, o PV realizou diversos trabalhos de campo com um grande volume de publicações em artigos, dissertações, teses e livros. O autor aponta que entre 1995 e 1997, o “grupo estudou ‘sítios-piloto’ representativos das várzeas no nordeste paraense e pré-Amazônia maranhense, e das várzeas do Pará”. Esses primeiros trabalhos originaram “comunicações em eventos, artigos científicos e dissertações de mestrado”, tendo contado ainda com financiamento de bolsas dos estudantes através do acordo FCAP/ICAA/Procitrópicos, indicando uma primeira colaboração internacional do PV (p. 162). Entre 1996 e 2006, os trabalhos de campo foram na costa amapaense. Destacando-se a participação de “agricultores, comerciantes, funcionários públicos, mateiros, caçadores, pescadores, madeireiros, líderes de associações comunitárias e outros” para a efetivação do “diagnóstico” (p. 164). Após os anos 2000, o autor aponta que o PV realizou pesquisas “na várzea do rio Juba (comunidade da Ilha Juba), em Cametá, município paraense”, na várzea do rio Tocantins. Os rios Mamuru (afluente do rio Amazonas) e Arapiuns (afluente do rio Tapajós), bem como seus “igarapés” foram pesquisados nos anos 2008-2009. Esta última atividade demonstra a magnitude do PV: “a cobertura de uma centena de comunidades tradicionais no território pesquisado”, com uma “área-foco de 1,3 milhão de hectares, com população comunitária estimada em 12 mil habitantes, distribuídos em terras de quatro municípios (Aveiro, Itaituba, Juruti e Santarém)” (p. 167).

São os trabalhos de campo e a metodologia do PV que com frequência surgem nas memórias dos participantes do projeto. A visão “multi” e “transdisciplinar” de Tourinho, o “diálogo entre as diferentes formações especializadas dos membros da equipe” ajudou a formar não só a memória, mas também o método e a perspectiva do PV. Assim, Guzmán afirma que a “visão

complexa da várzea” desenvolvida pelo PV, pode ser compreendida como a “interdependência e a interação entre as partes que compõem um sistema, seja ele biológico, seja social”, sendo, nessa perspectiva, “as bases da dinâmica de funcionamento dos sistemas sociais comunitários ribeirinhos” (p. 183).

O último capítulo, intitulado “Os frutos do trabalho” é dedicado à literatura acadêmica produzida pelo PV. Nesse sentido, o autor aponta que somente contabilizou as principais produções coletivas do projeto, organizando-as de maneira cronológica. Apenas quantitativamente já é possível ter uma dimensão do quão profícuo foi o PV em sua atividade. Entre 1994 e 2019, Guzmán aponta que o PV produziu 59 artigos em periódicos, 11 livros, 41 capítulos de livro, 53 artigos em anais de congressos, 28 resumos expandidos em anais, 32 resumos em anais, 32 teses e dissertações, 4 monografias, 14 notas técnicas e 10 relatórios técnicos (p. 202). Conforme assinala Guzmán, as ações do PV caminhavam em dois sentidos complementares: “através de estudos rápidos sobre os recursos naturais (físicos, biológicos)” e estudos sobre “as comunidades humanas em “sítios-pilotos” representativos dos diversos tipos de várzeas que ocorrem na região amazônica brasileira” (p. 200) Assim, os membros do PV realizavam estudos de vegetação e fauna, bem como de suas interações/utilização pelas populações de “ribeirinhos”, “caboclos” ou “comunitários” (p. 201).

Diante da vasta produção do PV, o autor elencou 4 das principais obras publicadas pelo projeto para realizar a análise dos “frutos”. O primeiro *Várzeas flúvio-marinhas da Amazônia brasileira: características e possibilidades agropecuárias*, de 2001 foi escrito a três mãos, por Rubens Lima, Manoel Tourinho e José Paulo Chaves da Costa. Conforme sugere Guzmán, essa publicação ratifica a posição de importância que Rubens Lima preservou ao longo dos anos nos estudos varzeiros, já que boa parte do material do livro foi retirada de seu “baú”, mas agora trabalhados sob novas perspectivas sob influência de Tourinho (p. 205). A segunda publicação analisada é *A natureza e os ribeirinhos* (2009), uma homenagem a Manoel Malheiros Tourinho. De acordo com o autor, a “coletânea de artigos totaliza o essencial da produção do PV durante 13 anos de existência até 2009”, apresentando os resultados dos trabalhos de campo realizados até então (p. 208). Nesse livro é onde o autor verifica pela primeira vez de maneira explícita a TSS como base analítica, sendo aplicada às “diversas realidades varzeiras do estuário amazônico”. Por fim, os dois últimos livros são *Mamuru-Arapiuns: uma região amazônica em disputa* (2014) e *Arapiuns + 5: ordenamento territorial incompleto* (2019). O primeiro versa sobre as comunidades ribeirinhas do Mamuru-Arapiuns tendo sido produto de “extensa pesquisa socioeconômica e ambiental executada em 2009 com preparação um ano antes”. Já o segundo, objetivava “analisar as continuidades e/ou mudanças demográficas, sociais, culturais, econômicas e ambientais no território das comunidades ribeirinhas (agrárias e extrativistas) da bacia do rio”, considerando os cinco anos de atividade das concessionárias nas glebas do Mamuru-Arapiuns (p. 213).

Por fim, na conclusão do livro, Décio de Alencar Guzmán retoma a crítica a esquemas explicativos monocausais e a simplificação de saberes, advogando novamente uma perspectiva relacional para a história (das ciências). Partindo das noções do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, a crítica do autor se direciona às explicações puramente “naturalistas” ou “culturalistas” apontando que seria mais proveitoso um “entendimento mais refinado e nuançado das relações entre humanos e não humanos” (p. 227). No mesmo sentido, aponta para a problemática da simplificação, que decorreria do isolamento dos campos científicos, em outras palavras, uma hiperespecialização que em nada auxilia na compreensão da realidade. A partir dessas críticas, o autor reafirma a necessidade da “transdisciplinaridade” para uma compreensão das realidades

complexas, onde poderia também estar incluída a “história relacional” proposta para a obra. Em uma última reflexão, Guzmán nos lembra Michel de Certeau, sobre a iminente ação política da “operação historiográfica”, bem como a necessidade de assumirmos o “lugar” de qual falamos, escrevemos e publicamos. Notas relevantes para um momento histórico onde os negacionismos (histórico e científico), tanto quanto a brutalidade para com os povos e comunidades tradicionais vem se tornando mais regra do que exceção.

Recebido e aceito em novembro de 2022